

## As Políticas Públicas de Intermediação de Mão-de-Obra em Pelotas/RS e Rio Grande/RS: uma análise sobre o ano de 2016

MÁXIMO ÍTALO D'ALMEIDA ATHAYDE ÁVILA<sup>1</sup>; FRANCISCO EDUARDO BECKENKAMP VARGAS<sup>2</sup>

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – maximodalmeida@gmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – franciscoebvargas@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar as políticas públicas de intermediação de mão-de-obra no mercado formal celetista<sup>1</sup> das cidades de Pelotas e Rio Grande no ano de 2016. Busca-se comparar os fluxos de vínculos empregatícios, bem como suas taxas de cobertura e colocação, basilares para indicar o grau de eficácia das ações do Sistema Nacional de Empregos (SINE). Pretende-se também caracterizar o panorama do mercado de trabalho brasileiro para melhor situar os mercados locais.

A atividade de intermediação da compra e venda de força de trabalho consiste, basicamente, na prestação do serviço de conexão entre trabalhadores que estejam à procura de um posto de trabalho e firmas que dispõem de postos de trabalho vagos com necessidade de preenchimento, podendo ser promovida por agências de intermediação públicas ou privadas (DIEESE, 2017).

A escolha pelas cidades de Pelotas e Rio Grande se dá em razão da importância de ambas para o Rio Grande do Sul, principalmente para a metade sul do Estado, marcada por um processo histórico crônico de baixo nível de desenvolvimento. Ambos municípios são polos econômicos historicamente estabelecidos na região, possuindo a maioria da sua mão-de-obra concentrada nos setores de serviços e de comércio. A partir desse cenário, este trabalho se debruça na busca por estudar os dados de intermediação da mão-de-obra face à demanda que o mercado de trabalho local impõe, para que se possa aferir o desempenho do SINE nas duas cidades.

### 2. METODOLOGIA

As principais bases de dados empregadas na construção deste trabalho são as de intermediação de mão-de-obra (IMO) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), ambas disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A base de intermediação de mão-de-obra informa mensalmente o fluxo de vagas captadas e de trabalhadores que se dirigem ao SINE à procura de colocação nos mercados locais de trabalho. O CAGED é baseado nas informações prestadas mês a mês pelos estabelecimentos ao Ministério do Trabalho, restringindo-se às movimentações do emprego formal celetista, isto é, aos desligamentos e admissões. A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) também será utilizada para caracterizar o mercado de trabalho local, tratando-se de uma base anual de informações socioeconômicas prestadas pelos estabelecimentos também ao Ministério do Trabalho. Nesta base, os dados referem-se ao estoque total anual, ativo e inativo, de empregos formais, celetistas e estatutários<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o chamado emprego com carteira de trabalho.

<sup>2</sup> Empregos públicos regidos pelo Estatuto do Servidor Público.

A delimitação temporal deste trabalho é referente apenas ao ano de 2016, dada a limitada disponibilidade de informações sobre intermediação de mão-de-obra. Portanto, trata-se de uma análise sincrônica da atividade de intermediação promovida pelo SINE nos dois municípios.

Os indicadores de intermediação referem-se ao número de vagas, de inscrições, de encaminhamentos e de colocações realizadas pelas agências do SINE. Os indicadores de movimentação do CAGED abrangem o conjunto do mercado de trabalho formal celetista e indicam as admissões, desligamentos e saldos de empregos, bem como os estoques em dezembro de 2016. A partir desses indicadores básicos são calculados e analisados os indicadores de desempenho do SINE, tais como as taxas de colocação e de cobertura. O cálculo da taxa de colocação refere-se à quantidade de colocações em relação ao total de vagas ofertadas pela própria agência de emprego. O cálculo das taxas de cobertura diz respeito à quantidade de vagas ou colocações realizadas pela agência em relação ao total de admissões registradas pelo CAGED. Desta forma, pode-se compreender as atividades econômicas que as cidades costumam exercer, o tamanho do mercado de trabalho, o perfil das ocupação mais atingidas, a demanda pela atividade de intermediação e o desempenho das agências públicas de emprego.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma recapitulação sobre as transformações do trabalho no Brasil, Pochmann (2012) identifica três fases principais, a partir do final do século XIX: O primeiro período, a partir da abolição da escravatura (1888), marcado pela expansão do trabalho assalariado e formação de mercados de trabalho regionais, com forte presença do trabalho agrícola e com atividades industriais ainda incipientes. Trata-se do período marcado pela exclusão dos ex-escravos negros do trabalho assalariado e pela forte incorporação dos imigrantes europeus. O segundo período histórico se dá a partir da Revolução de Trinta e vai até 1980 (no último governo da ditadura militar), com um mercado de trabalho já nacionalizado, forte crescimento econômico e expansão do trabalho industrial, resultando na formação de grandes excedentes de força de trabalho (informais, precários) decorrentes do intenso êxodo rural. O terceiro período ocorre a partir de 1981 e é caracterizado pelo esgotamento do projeto de industrialização nacional, apresentando um excedente de força de trabalho que não corresponde às novas exigências do capitalismo flexível, configurando um período de implantação das políticas neoliberais. Antunes (2012) dirá que a flexibilização e a desregulamentação dos direitos sociais, assim como a terceirização e as novas formas de gestão da força de trabalho tornam-se processos intensos e amplos, coexistindo com o fordismo, que se conserva em vários ramos produtivos e de serviços.

Sobre o desenvolvimento das políticas de emprego ao longo dessas fases, constata-se que as primeiras iniciativas estatais direcionadas ao emprego vieram em decorrência da Revolução de 1930 e que visavam qualificar os trabalhadores para o trabalho industrial e ampliar os empregos assalariados protegidos por leis sociais e trabalhistas. Porém, dava-se as costas ao enorme contingente de trabalhadores informais e aos desempregados. Políticas dirigidas aos desempregados só seriam efetivadas nas décadas de 1960 e 1970. Ainda na Era Vargas, no período do Estado Novo (1937-45), começa a se formar o Sistema S, que contaria com entidades paraestatais ligadas ao setor produtivo. Essas

instituições estavam incumbidas do incremento da qualificação e produtividade da mão-de-obra e de atividades culturais e de lazer.

O auxílio monetário em caso de rompimento do contrato de trabalho foi instituído em 1967 com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A assistência ao desempregado que procura emprego foi instituída, por sua vez, em 1975, com a criação do Sistema Nacional de Emprego (SINE). É esta última instituição que é objeto deste trabalho, procurando-se examinar as ações das agências do SINE em Pelotas e Rio Grande.

De acordo com a base de dados de intermediação de mão-de-obra (IMO) referente ao município de Pelotas, conforme a Tabela 1, foram ofertadas, no ano de 2016, 2.284 vagas. Ainda nesse ano, foram registradas 8.710 inscrições de trabalhadores a procura de emprego na agência local e foram realizados 9.693 encaminhamentos para vagas de emprego. No entanto, registraram-se apenas 522 colocações, o que corresponde a uma taxa de colocação de 22,9%.

Para o SINE de Rio Grande, em 2016, ainda conforme a Tabela 1, registraram-se 1.844 vagas oferecidas, 5.636 inscrições e 8.147 encaminhados às vagas de emprego. O número de colocações foi de apenas 656 trabalhadores, resultando em uma taxa de colocação de 35,5%.

**Tabela 1 - Indicadores de Desempenho SINE, Pelotas e Rio Grande, 2016.**

Indicadores	Pelotas	Rio Grande
<b>Vagas</b>	2.284	1.844
<b>Inscritos</b>	8.710	5.636
<b>Encaminhamentos</b>	9.693	8.147
<b>Colocados</b>	522	656
<b>Taxa de Colocação</b>	22,9%	35,5%

Fonte: IMO/MTb.

De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no ano de 2016, conforme a Tabela 2, registrou em Pelotas 24.699 admissões e 26.498 desligamentos no mercado de trabalho local, deixando o saldo negativo de -1.799 vínculos. As admissões e desligamentos somados resultam no total de 51.197 vínculos movimentados, ou seja, identifica-se elevada movimentação no mercado de trabalho local. Em dezembro de 2016, o estoque de empregos formais celetistas era de 63.450 vínculos, o que leva a uma taxa de movimentação<sup>3</sup> de 80,7%.

**Tabela 2 - Movimentação do emprego CAGED, Pelotas e Rio Grande, 2016.**

Indicadores	Pelotas	Rio Grande
<b>Admitidos</b>	24.699	16.385
<b>Desligados</b>	26.498	21.348
<b>Total</b>	51.197	37.733
<b>Saldo</b>	<b>-1.799</b>	<b>-4.963</b>
<b>Estoque</b>	63.450	43.398
<b>Taxa de Cobertura das Vagas</b>	9,2%	11,2%

<sup>3</sup> A taxa de movimentação é a proporção percentual do total de vínculos movimentados (admitidos + desligados) em relação ao estoque total de vínculos formais celetistas.

Taxa de Cobertura das Colocações	2,1%	3,4%
----------------------------------	------	------

Fonte: CAGED.

Logo, a taxa de cobertura das colocações do SINE, para o ano de 2016, levando-se em consideração o número de colocados em relação ao total de admitidos do CAGED, era de apenas 2,1%. Já a taxa de cobertura das vagas do SINE, levando-se em consideração o número de vagas captadas no ano em relação ao total de admissões do CAGED, era de 9,2%, em 2016, o que reforça, mais uma vez, o alcance limitado das políticas de intermediação do SINE local.

Os dados do CAGED de Rio Grande, em 2016, também conforme a Tabela 2, indicam 16.385 admissões e 21.348 desligamentos, totalizando 37.733 vínculos movimentados. O saldo entre desligamentos e admissões também é negativo neste município, com -4.963 vínculos. O estoque de empregos em dezembro de 2016 era de 43.398 vínculos. A taxa de movimentação, portanto, era de 86,9%. Já a taxa de cobertura das colocações do SINE em Rio Grande era de apenas 3,4% e a taxa de cobertura das vagas de 11,2%.

#### 4. CONCLUSÕES

O que a recapitulação dos percursos do emprego no Brasil aponta são características de um mercado de trabalho marcado pela informalidade e por uma alta rotatividade dos vínculos empregatícios, principalmente no emprego formal. A limitada participação do emprego formal protegido na estrutura ocupacional brasileira revela a fragilidade no acesso aos direitos trabalhistas, associando-se ainda à baixa remuneração, à baixa qualificação das ocupações e uso predatório da força de trabalho, tanto nas ocupações formais quanto nas informais.

No contexto local, o ano de 2016 está marcado pela volta das atividades do porto de Pelotas e pelas demissões no polo naval de Rio Grande, acontecimentos que acarretam transformações nos respectivos mercados de trabalho, bem como contribuem para os níveis elevados de movimentação do emprego nos dois municípios. Tendo em vista os indicadores acima mostrados (taxas de colocação e de cobertura) constata-se a baixa efetividade das políticas de intermediação do sistema SINE em Pelotas e Rio Grande.

E a partir da contextualização, situando nossa economia nos processos de avanços e retrocessos que perpassam o mundo trabalho, é possível afirmar que há um longo caminho a percorrer no que tange a eficiência das políticas de emprego, em especial o SINE, uma vez que há a possibilidade de um resultado muito mais significativo para os mercados de trabalho, a partir de um maior acionamento desse tipo de política.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. **A Nova Morfologia do Trabalho no Brasil: Reestruturação e Precariedade.** 2012. Revista Nueva Sociedad especial em português, junho de 2012, ISSN: 0251-3552.

DIEESE. **Empresas Privadas de Intermediação de Mão-de-Obra no Brasil. In: Movimentação no mercado de trabalho: rotatividade, intermediação e proteção ao emprego.** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - São Paulo, SP: DIEESE, 2017.

POCHMANN, M. **Rumos da política do trabalho no Brasil.** In: SILVA, M. S.; YAZBEK, M. C. Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo - 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

**Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador**  
<<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/sistema-nacional-de-emprego-sine/>> acesso em: 8 jul. 2018.